



CONTRATO Nº 103/2017
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2017
PROCESSO Nº 095/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SÍ CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE E A EMPRESA SPOLJARIC COMERCIAL DO BRASIL EIRELI ME, TENDO COMO OBJETO O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS.

Através do presente instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE-SP**, situada na Praça Dr. Euclides Cardoso Castilho nº 185, centro, na cidade de Novo Horizonte, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 45.152.139/0001-99, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu **PREFEITO MUNICIPAL, DR. TOSHIO TOYOTA**, brasileiro, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.217.604 – SSP/SP e do CPF/MF sob nº. 836.817.288-87, residente e domiciliado nesta cidade de Novo Horizonte, Estado de São Paulo e, de outro, a firma **SPOLJARIC COMERCIAL DO BRASIL EIRELI ME**, com sede na Rua José Bonifácio, nº 1.402, Rosário, na cidade de Pirassununga, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 20.902.434/0001-94, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu procurador legal, **SR ADRIANO DEVITTE SPOLJARIC**, portador da cédula de identidade RG nº 35.347.750-3, e inscrito no CPF sob nº 295.102.128-30, de acordo com o que consta do Processo nº 095/2017, relativo ao Pregão Eletrônico nº. 023/2017, têm entre si justo e acertado este instrumento contratual, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

- 1.1. O objeto deste contrato envolve fornecimento com entrega parcelada de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS**, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, do edital.
- 1.2. A Contratada obriga-se ao fornecimento dos produtos constantes de sua proposta comercial de fls 395, na seguinte conformidade:

ITEM	PRODUTO	UN	QTDE	MARCA	P.UNT	P.TOTAL
14	NHOQUE DE SOJA COZIDO E CONGELADO INDIVIDUALMENTE	KG	500	REALEZA	18,89	9.445,00
TOTAL GERAL R\$ 9.445,00						

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

2.1. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da aquisição, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato os documentos do **Edital de Pregão nº 091/2017**, constantes do **Processo nº 095/2017**, e, em especial, a **Proposta de Preços** e os **Documentos de Habilitação** do contratado.

2.2. A Execução deste Contrato será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei Federal nº. 10.520/2002 e a Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1. Os recursos financeiros para suportar a eficácia do presente objeto, serão atendidos por verbas, constantes do orçamento vigente:

FICHA Nº 362/2017

Unidade: 021103 – Diretoria Municipal de Educação e Cultura

Funcional: 12.306.0034.2034.0000 Manutenção de Alimentação Escolar

Cat. Econ: 3.3.90.30.00 Material de Consumo

CLÁUSULA QUARTA DA VIGENCIA DO CONTRATO:

4.1. O presente contrato terá vigência de 06 (seis) meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. Pelo fornecimento do(s) objeto(s) deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o preço certo, irrevogável e total de **R\$ 9.445,00** (nove mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais).



5.2. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a entrega do objeto do presente contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, prova de regularidade relativa ao INSS e ao FGTS, sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no edital.

5.3. Em caso de irregularidade(s) no(s) item(ns) do(s) objeto(s) entregue(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

5.4 - No caso de eventual inadimplemento do contratante será obedecido o que dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666/93, sendo utilizado o índice do IPCA-IBGE "pro-rata-die", relativo ao mês anterior do inadimplemento.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

6.1. O objeto desta contratação será fornecido de acordo com a necessidade da CONTRATADA, no local, dia e horário estabelecido no Anexo I.

6.2. A entrega dos objetos licitados deverá ocorrer em 05 (cinco) dias após a efetivação da Ordem de Entrega de cada parcela.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A **CONTRATADA** responderá civil e criminalmente por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** e/ou para terceiros, devendo entregar os objetos deste contrato de acordo com os termos pactuados, em estrita obediência à legislação vigente.

7.2. Fica a **CONTRATADA** responsável por todos os custos diretos e indiretos relativos à entrega do bem objeto deste contrato, inclusive despesas com materiais, transportes, fretes, mão-de-obra, remunerações, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes, ou que venham a ser devidos em razão da avença.

7.3. Deve a **CONTRATADA** manter, durante toda execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE:

8.1. A **CONTRATANTE** obriga-se a empenhar, quando da contratação, os recursos orçamentários necessários ao pagamento, observadas as previsões estabelecidas, e pagar a(s) nota(s) fiscal(ais) emitida(s).

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS:

9.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia de atraso na entrega dos produtos, calculada sobre o preço total correspondente a cada pedido, nos primeiros 05 (cinco) dias de atraso, sendo o percentual elevado para 2% (dois por cento) ao dia, no caso de reincidências, sem prejuízo da **CONTRATANTE** decidir pela rescisão unilateral do contrato por culpa da **CONTRATADA**, sem prejuízo do processo de advertência.

9.2. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, durante sua execução, em decorrência de qualquer descumprimento de suas cláusulas, que não se enquadrem no subitem 9.1., sem prejuízo do processo de advertência.

9.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, cobrada proporcionalmente à etapa ou parcela não cumprida, quando não for aplicada concomitantemente sanção de impedimento de licitar ou contratar, ou declaração de inidoneidade previstas na Lei Municipal nº 4.051/15, de 02 de fevereiro de 2015; Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato cobrada proporcionalmente à etapa não cumprida, quando for aplicada concomitantemente sanção de impedimento de licitar ou contratar ou declaração de inidoneidade prevista na mesma lei, nas hipótese em que a rescisão ocorra com fundamento nos incisos I a XI, da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo do dever de indenizar a Contratante ou Terceiros.

9.4. Igualmente poderá ser sancionado com a declaração de inidoneidade, o licitante que, por seu comportamento restar demonstrado a incursão em um dos dispositivos previstos no artigo 88, da Lei 8.666/93.

9.5. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a **PREFEITURA**, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.



Folha
Nº

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL:

10.1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 da mesma Lei.

10.2. Na hipótese de rescisão, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. Fiscalização da execução do contrato será exercida pela contratante através da Chefia de Divisão da Merenda Escolar, ou por agente por ela designado, o qual poderá junto ao agente da Contratada, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as qual se não forem sanadas no prazo de 48 horas, serão objeto de comunicação oficial à Contratada, para aplicação das penalidades previstas neste contrato.

11.2. As solicitações, reclamações, exigências observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato, serão registradas, pela Contratante, como ocorrências, constituindo tais registro, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO:

12.1. Será competente o foro da Comarca de Novo Horizonte, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito, dando-se publicidade ao ato mediante publicação de seu resumo na Imprensa Oficial.

Novo Horizonte, 22 de agosto de 2017

DR TOSHIO TOYOTA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Sr. Adriano Devitte Spoljaric
SPOLJARIC COMERCIAL DO BRASIL EIRELI ME
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Emerson Kleber Munuera
RG: 22.830.194-4
CPF: 167.553.508-69

Victor Fonseca Biller
RG: 47.756.239-5
CPF: 405.680.828-77



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CNPJ N.º 45.152.139/0001-99

Emancipado em 28/10/1917

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Folha

Nº

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

CONTRATADO: SPOLJARIC COMERCIAL DO BRASIL EIRELI ME

CONTRATO Nº: 103/2017

OBJETO: Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS** com entrega parcelada, para manutenção do PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, conforme especificações e quantidades máximas e estimadas de cada item, constantes do Termo de Referência - ANEXO I, pelo prazo de 06 (seis) meses.

Na qualidade de Contratante e Contratada, respectivamente, do termo acima identificado e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damos-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final, e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.


Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Novo Horizonte, 22 de agosto de 2017


DR TOSHIO TOYOTA
Prefeito Municipal
Contratante

gabinete@novohorizonte.sp.gov.br

t.toyota@hotmail.com


Sr. Adriano Devitte Spoljaric
SPOLJARIC COMERCIAL DO BRASIL EIRELI ME
CONTRATADA

ads.licitacao@hotmail.com